1

Opinião: *Crise Política Brasileira*

Aníbal Pérez-Liñán

Professor de Ciência Política da University of Pittsburgh. PhD pela University of Notre Dame. Graduado em Ciência Política pela Universidad del Salvador (Buenos Aires). E-mail: asp27@pitt.edu

Was the impeachment a coup? On the nature and definition of the coup d'état

Can the impeachment of President Dilma Rousseff be considered a coup d'état? For some analysts, this is a ludicrous question. For others, this claim represents a moral stand. I think we should take this question seriously. What conceptual and factual assumptions are required for us to accept that the removal of Dilma Rousseff was a coup? And where would those assumptions take us, if we apply them consistently to other cases of impeachment?

To claim that the Brazilian impeachment qualifies as a coup, we must accept that Congress overstepped its legal authority when it defined *pedaladas* and illicit borrowing as *crimes de responsabilidade* instead of administrative misdemeanors. At the core of this argument is the idea that legislators interpreted the impeachment clause “flexibly” to remove the president, and that supporters of this legal interpretation are therefore supporters of a coup.

Any useful concept should transcend the cases that inspire it and “travel” well. Is this approach useful to interpret other known cases? Seven other presidents in Latin America were removed from office by Congress since the Collor affair in 1992. A few examples illustrate how legislators interpreted the impeachment clause:

- Inspired by the Collor impeachment, the Venezuelan assembly suspended President Carlos Andrés Pérez from office in 1993. The

president was accused of mismanaging discretionary funds (16 million dollars) from the Interior Ministry. However, the motivation to oust the president was a persistent economic crisis and popular unrest against his neoliberal adjustment policies.

- In 1997, President Abdalá Bucaram of Ecuador confronted mass protests against his government style and his economic adjustment policies. The opposition parties realized that they lacked enough votes in Congress to pursue an impeachment (which required a two-third majority) but Congress declared Bucaram “mentally incapacitated” to govern with a simple majority.

- Two years later, President Raúl Cubas Grau of Paraguay was impeached and removed from office. Congress formally accused the president of being in contempt of the Supreme Court, but the reason behind the trial was the suspicion that Cubas’ allies had conspired to kill the vice-president. The impeachment was approved by just one vote in the Chamber of Deputies, while a pro-government deputy was locked in a bathroom.

These examples illustrate a problematic feature of any definition of coup applicable to the Brazilian case. If the impeachment of President Rousseff was a coup, most impeachments in Latin America must be treated as such. And this implies that the broad social movements that supported those processes—often leftist movements acting against neoliberal reforms—should be treated as coup supporters. This interpretation defies common sense, and the existing historiography of those cases.

I propose that we reserve the term “coup” to describe any episode in which a military operation is employed to terminate the government. Sometimes this operation is legitimized by a Congressional vote, producing a “legislative coup.” Under this definition, the congressional removal of Brazilian President Carlos Luz in 1955 was a coup, but the impeachment of Panamanian President José Ramón Guizado on the same year was not; the removal of Honduran President Manuel Zelaya in 2009 was a coup, but the impeachment of Paraguayan President Fernando Lugo in 2012 was not.

The adoption of a consistent terminology does not require the legitimization of congressional abuses. Guizado was unjustly accused of conspiring to kill the previous

Panamanian president, José A. Remón, and incarcerated. Lugo was impeached within 48 hours, without any possibility of defense. Both episodes are blatant examples of congressional abuses in the use of impeachment, even if we do not label them as coups. Rousseff's impeachment will possibly go down in history as a similar example of politically manipulated—albeit less egregious—impeachment trial.

Perhaps the most dramatic consequence of Rousseff's case has been the profound division of Brazilian society. The crisis engendered two incompatible views of the world, one observing a successful process of accountability where the other found an illegitimate coup. Strong partisan worldviews are not unusual at the beginning of the twenty-first century (at the time of this writing, the United States is virtually split in two different countries). But Brazilian society had not confronted a division of such intensity in many decades. Legal scholars and social scientists should bring reason—and thus the possibility of dialog—into contemporary debates driven by partisan passions.

Opinião: *Crise Política Brasileira*

João Maurício Adeodato

Professor da Faculdade de Direito de Vitória e da Faculdade Damas, Ex-Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife, Livre-Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Pesquisador 1-A do CNPq. Currículo completo em: <http://lattes.cnpq.br/8269423647045727>. E-mail: jmadeodato@gmail.com

Pesquisa Jurídica e Situação Política

É por causa das divergências inconciliáveis de opinião na sociedade complexa que a civilização ocidental criou a democracia. Regimes não democráticos se caracterizam exatamente por não respeitar as regras de decisão, por colocar perspectivas de “justiça” (os filósofos as chamamos de “materiais”) deste ou daquele grupo social acima das autoridades e ritos constituídos. Por pior que ele seja, não há democracia acima do procedimento. Uma solução a longo prazo é melhorar a qualidade das pessoas concretas (educação), para assim melhorar a qualidade do “povo” e de seus políticos. E, por que não, até modificar os procedimentos. Mas sempre dentro de procedimentos. O sonho normativo aristotélico de basear a retórica humana na persuasão nunca foi, infelizmente, possível. Por isso a democracia se funda no voto.

Numa definição simples e realista, o Estado democrático de direito se qualifica a partir da independência do jurídico em relação ao político. O “jurídico” significa o que se chama tecnicamente de “procedimento”. O procedimento democrático se caracteriza por tornar secundário o “resultado”, **o que** efetivamente se decide, privilegiando **quem** decide (o que os juristas denominam “autoridade competente”) e **como** se decide (chamado o “rito de elaboração”). Consequentemente, argumentos sobre o resultado, não importa o que adversários e defensores achem de sua justiça moral, política, religiosa etc., são ignorados pelo direito democraticamente organizado.

As atitudes mentais dos juristas, cientistas políticos e outros supostos observadores do ambiente podem ser classificadas. Uma visão **normativa** tem como vetor o futuro, para o qual procura prescrever otimizações, melhorias na visão de seu autor, quer modificar, dirigir, influenciar o ambiente e a conduta das pessoas, em geral com objetivos idealistas

que lhe parecem edificantes, para uma “realidade” que não existe e que jamais vai existir, porque o futuro é imprevisível, sobretudo quando estão na arena ações humanas.

Uma teoria que se pode chamar de **escatológica**, é aquela que pretende utilizar o passado para descrever o futuro, isto é, compreender algo que ainda não existe a partir da observação daquilo que acredita ter acontecido; são perspectivas de inspiração “científica”, admiradoras do muito questionável sucesso das “ciências naturais”, que pretendem inserir o direito nas ditas “ciências” sociais, para as quais é possível explicar a sociedade a partir da “descoberta” de “leis” e nexos causais (etiologias) e assim prever situações futuras (escatologias). São idealistas travestidas.

Uma teoria **analítica** dirige-se ao passado, procura descrever os acontecimentos tais como parecem àquele que a expressa; é uma perspectiva menos ambiciosa, mas nem por isso livre de divergências, sobretudo quanto à sua característica de tentar abster-se de juízos de valor. É uma visão realista e empirista, de observador que não toma partido, jamais de jogador ou torcedor. Quando se consulta um pesquisador, não se quer saber de suas posições políticas, para isso existem partidos, agremiações e votos em uma sociedade democrática. O ambiente de pesquisa não é palanque para pontificar diante de minorias de jovens, que são, por definição, inexperientes e manipuláveis.

Não se pode conceder credibilidade a um pretenso observador, a alguém que procura explicar a situação política tomando parte em uma torcida por este ou aquele lado. Claro que uma pessoa que analisa algo é também cidadã e participante, mas essa condição tem que ser deixada de lado para se obter um mínimo de isenção e conhecimento. Não se pode dar ouvidos a um suposto jurista ou cientista social cuja psique é dominada por uma decepção que ele não quer ou acha que não pode admitir: passou anos ou décadas professorando “verdades” e relatando “fatos” sobre uma ideologia e um partido político, assinando manifestos, defendendo e tirando fotografias com pessoas que depois são corruptos condenados e presos ou simplesmente “ladrões”, na linguagem popular. Ou, no íntimo, acha que precisa justificar ao mundo ou a si mesmo vicissitudes biográficas suas ou de membros de sua família ou grupo social, diferenciando-se de um entorno comprovadamente “direitista”, “esquerdista” ou simplesmente corrupto. O conhecimento não funciona assim.

Como são dirigidos por ideais de futuro, os “intelectuais” normativos tendem a ter premonições: Eduardo Cunha e outros políticos não iriam presos porque teriam cumprido seu papel no “golpe”, Sérgio Moro faria parte de um complô para perseguir os defensores dos oprimidos, empresários não seriam condenados... Vivem numa bolha de *wishful thinking*. Os que torcem por Temer não ficam atrás.

Como admitir agora que o “cientista” se deixou enganar como um tolo? Seria preciso muita coragem. O *impeachment* tem que ter sido um golpe porque companheiros que pululam na internet (descrita por Umberto Eco como tecnologia que deu voz aos imbecis), em blogs e veículos outrora subsidiados, não podem sobreviver sem essa ideia, “acham” que foi, porque eles “sabem” que não houve “crime de responsabilidade”, “não houve corrupção” etc. É a sua “justiça”, o seu “bem”. Nada mais antirrealista e antidemocrático do que essas “verdades” solipsistas. Vão desaparecer na história.

Opinião: *Crise Política Brasileira*

Fabiano Santos

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: fsantos@iesp.uerj.br

Pela Superação do Caos

A ciência política, em suas origens mais remotas, grega e aristotélica, foi constituída como sendo a ciência do bom governo. Séculos mais tarde, na emergência dos estados nacionais, a disciplina se confunde com a arte de estabelecer as bases conceituais da soberania, da obediência e do exercício legítimo do poder. O liberalismo clássico traz para o interior da análise política as questões do desenho institucional e, embutida nela, também a do controle do governo sobre indivíduos e grupos. Na passagem do século XIX para o XX, após o duro aprendizado com os desastres sociais advindos da revolução industrial e a experiência irresponsável com o mercado auto-regulável, a ciência política se torna a norteadora da inclusão social, defensora da utopia democrática no cenário das sociedades complexas.

O Brasil do final século XX, após sofrer diversos traumas derivados do esforço de construção do estado nacional, do desenvolvimento econômico e da acumulação capitalista, segue preceitos bem assentados nas diversas linhagens da ciência política, desde os ideais do bom governo, passando pelos fundamentos da soberania e da legitimidade, até questões de incorporação política e desenho institucional. A Carta de 1988, expressão máxima do amadurecimento das elites brasileiras em torno do ideal de uma democracia representativa, estável e inclusiva, passa a regular a disputa política e societal entre partidos, classes sociais, entidades representativas e movimentos sociais pela proeminência nos processos decisórios estatais envolvendo políticas públicas e regulação da vida social. E com bons resultados: se em fins do governo militar, os civis retomam o governo com inflação galopante, PIB e renda per capita cadente, além de cenário social de pauperização e desigualdade crescente, em fins do primeiro mandato de

Dilma Rousseff todos os indicadores apontam o Brasil como potência emergente e exemplo de inclusão social e democracia de massa.

Muito tempo ainda levará para se entender o que se passou de 2013 até aos dias atuais, período no qual o país assiste à impressionante ciclo de protestos, radicalização política sem precedentes, desembocando no golpe parlamentar de 2016 e no atual cenário de anarquia institucional conjugada a um dramático vazio de lideranças sejam parlamentares, governamentais ou jurídicas. Lideranças capazes de fornecer, mediante reflexão e acordo, caminhos minimamente consistentes de retomada da democracia e do desenvolvimento social e econômico. De toda forma, é mais do que urgente uma re-convergência e esforço de analistas políticos, treinados em assuntos relativos aos fundamentos do bom governo, da legitimidade, da soberania, assim como dos princípios básicos de desenho institucional e inclusão democrática, no sentido de se sugerir rumos de superação do caos. Mesmo porque nada de mais produtivo parece querer brotar seja dos beneficiários ilegítimos do golpe, seja dos agentes designados em 1988 para controlar comportamentos anti-sistêmicos, nomeadamente o Supremo Tribunal Federal.